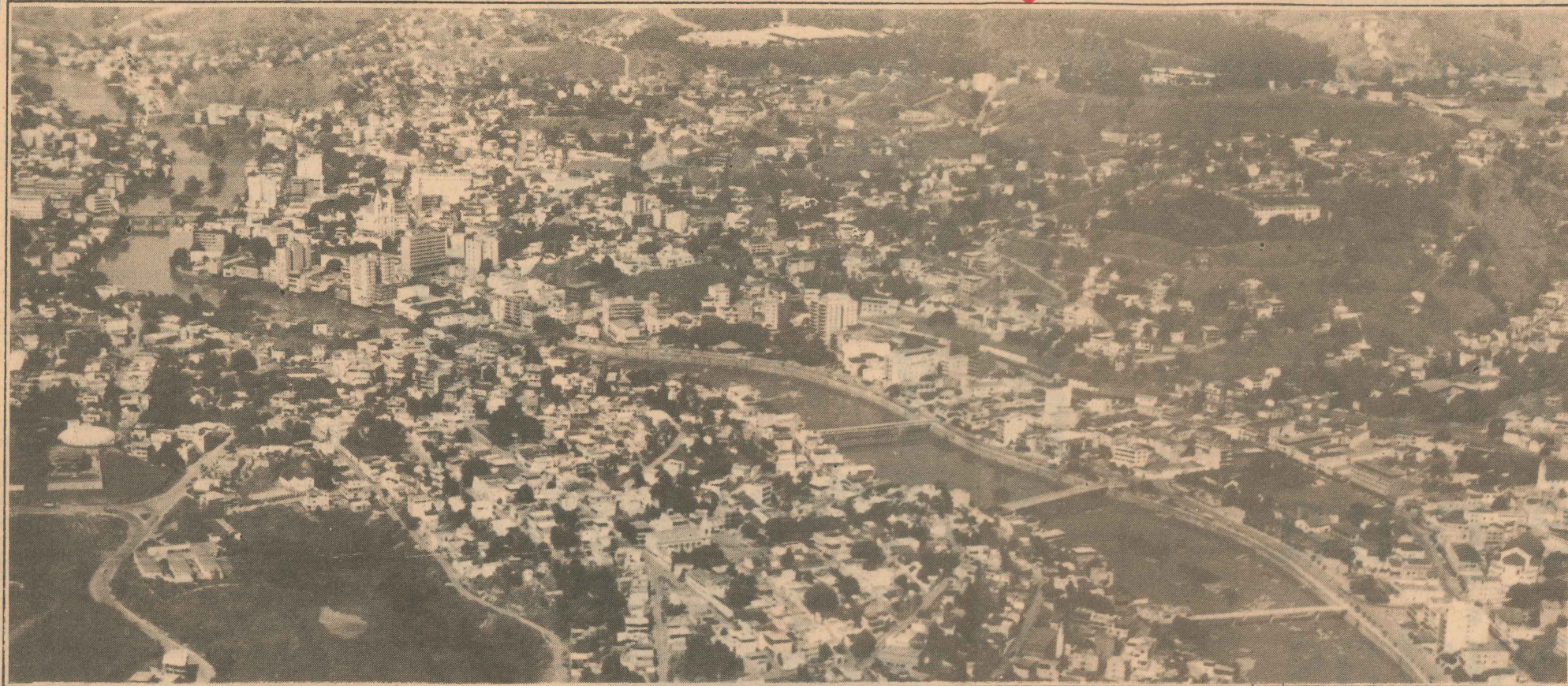


AJO 7944

0326

Janoz

Foto Arquivo AG

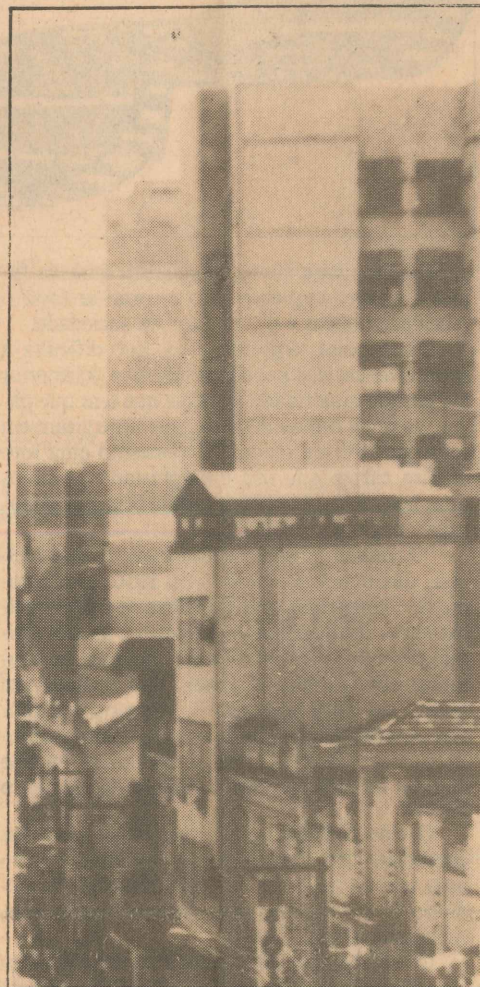


O clima bastante quente e a estética paisagística de Cachoeiro têm influência direta no comportamento do indivíduo acelerando o processo de estafa

Cachoeiro de Itapemirim

O desequilíbrio urbanístico já afeta até a população

Cachoeiro de Itapemirim foi a primeira cidade do Espírito Santo, e a terceira do Brasil, a ser iluminada por luz elétrica, sediou a primeira estrada de ferro do Estado e, economicamente, depois da capital, é a segunda mais importante. Terra natal do rei Roberto Carlos e do maior cronista do Brasil, Rubem Braga. Além disso, é conhecida como "Capital secreta do mundo" e "Atenas capixaba", sem mencionar a rara beleza de suas mulheres. Paradoxalmente, é uma cidade caótica nos aspectos urbanístico e paisagístico. Simplesmente feia. Parece que foi



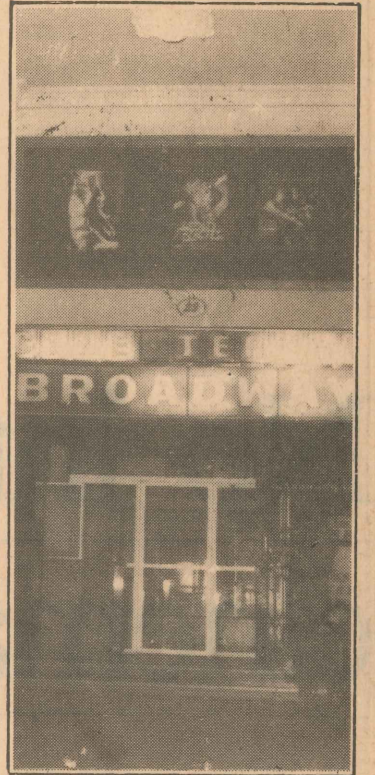
cancelados, findo o prazo fixado no alvará para sua execução".

José Carlos afirmou, ainda, que "é crime em legislação específica a feitura de projetos por desenhistas técnicos. A planta tem que ser confeccionada por projetistas e, quanto aos engenheiros viciados na arte de assinar projetos apenas para engordar orçamento, sem o compromisso de desenvolver o acompanhamento técnico — conhecidos como "peninhas de ouro" — poderão ser denunciados a qualquer momento pelo distrito do Crea, recentemente inaugurado em Cachoeiro, e que atenderá a todo o Sul do Estado.

Comissão de estética

A propósito de Cachoeiro ser uma cidade que abriga, principalmente no seu centro, inúmeros imóveis com cores destoantes, melancólicas e até berrantes, sem qualquer uniformidade estética, o arquiteto José Carlos sugere a criação urgente de uma comissão de estética, composta por artistas, intelectuais, engenheiros civis e arquitetos, à semelhança de Brasília, objetivando orientar os cachoeirenses nesse sentido". Dentro desse contexto, a funcionária pública federal, Cacilda Passo, que há um ano pediu transferência do Rio de Janeiro para Cachoeiro, declarou estar arrependida. Ela está deprimida com os problemas e chegou à conclusão que esta "cidade não é nada do que imaginava". Por isso, já está arruman-

Foto Arquivo AG



Broadway: utilidade pública

Decreto de Ferraço salva cine Broadway

Cachoeiro (Sucursal) — Após vários protestos de artistas e pessoas da comunidade cachoeirenses contra o fechamento do Cine Teatro Broadway, o prefeito Theodorico de Assis Ferraço (PTB) assinou, na terça-feira última, um decreto colocando o imóvel como utilidade pública para fins de desapropriação, durante um período de 90 dias.

Ferraço ressaltou que vai pleitear junto ao governador Max Mauro e o Ministério da Cultura verbas para efetuar a compra do imóvel, tentando, durante a negociação, fazer até um "pool" com empresários locais apoiados na Lei Sarney, caso seja necessário.

O Cine Teatro Broadway fechou suas portas desde segunda-feira última, tendo sido colocado à venda ao preço de Cz\$ 150 milhões. Contudo, os artistas, insatisfeitos com a negociação, fizeram um ato de protesto em frente ao cinema, alguns deles chegando a afirmar que caso o Broadway fosse realmente desativado, o poder público e a comunidade estariam compactuando com um crime cultural", em uma cidade que é conhecida a nível estadual como o berço da cultura capixaba.

terceira do Brasil, a ser iluminada por luz elétrica, seguiu a primeira estrada de ferro do Estado e, economicamente, depois da capital, é a segunda mais importante. Terra natal do rei Roberto Carlos e do maior cronista do Brasil, Rubem Braga. Além disso, é conhecida como “Capital secreta do mundo” e “Atenas capixaba”, sem mencionar a rara beleza de suas mulheres. Paradoxalmente, é uma cidade caótica nos aspectos urbanístico e paisagístico. Simplesmente feia. Parece que foi devastada por uma calamidade qualquer, entrando em seguida num processo de reconstrução, pois grande parte dos seus imóveis encontra-se inacabado, não é arborizada e apresenta um senso estético questionável, pois seus habitantes têm as residências e estabelecimentos pintados com cores de tonalidade forte, predominantemente de amarelo, cinza e até de rosa. Uma verdadeira poluição visual.

Jackson Rangel Vieira

Os que resistem a essa realidade, comportamento natural dos que excluem a razão para dar lugar ao sentimento bairrista, têm como opositor o próprio Newton Braga, criador do “Dia de Cachoeiro”. Ele trata sua cidade em tom poético: “Bonita? não. Tavez mesmo feia; pesa-me confessá-lo”. Aparentemente refere-se à topografia pesada que limita o horizonte e sufoca a região. Hoje, a paisagem está marcada por uma série de fatores negativos e os seus governantes têm sido os verdadeiros responsáveis por isso, pois têm permitido que prédios sejam edificadas sem acabamento externo; omitem-se em prestigiar o pedestre com obras públicas e negligenciam a necessidade de arborizar as ruas e avenidas. Já os cachoeirenses, por sua vez, não se preocupam com a cultura urbanística, e constroem casas sem reboco, desajustadas de alinhamento. E isto vem influenciando até mesmo no comportamento da sociedade.

Analisando o ângulo comportamental desse quadro, a psicóloga Maria Lúcia Moreira de Araújo atesta que as linhas estéticas de uma cidade influem na vida do indivíduo “e numa cidade como Cachoeiro, onde o clima é quente e cujo cenário paisagístico deixa a desejar, o processo de estafa e stress dos indivíduos é mais acelerado. No final de um dia corrido, o cachoeirense deve estar mais cansado do que antes, em função, justamente, desse desequilíbrio paisagístico e urbanístico. Realmente, Cachoeiro não é uma cidade agradável e algumas pessoas que vêm de fora até se deprimem. Entretanto, quando você está bem consigo mesmo, apesar da agressão estética, a gente aceita e se adapta às condições de vida impostas pelas circunstâncias. É preciso harmonizar mais a cidade”.

Desobediência à lei

Verifica-se, como causa delineadora dessa situação, a desobediência do código de postura e das leis que dispõem sobre o assunto. O Decreto 2008-75, no artigo sexto, por exemplo, estabelece que na zona de proteção paisagística não serão permitidos loteamentos de quaisquer espécies. No entanto, nunca foram definidas essas áreas e os loteamentos se proliferam sem infraestrutura, submetendo os moradores muitas vezes a viver sem esgoto, água e calçamento em casas sem acabamento, caracterizando uma versão mais sofisticada de favela. Isto, sem acrescentar os inúmeros terrenos baldios que servem de depósito de lixo e cheios

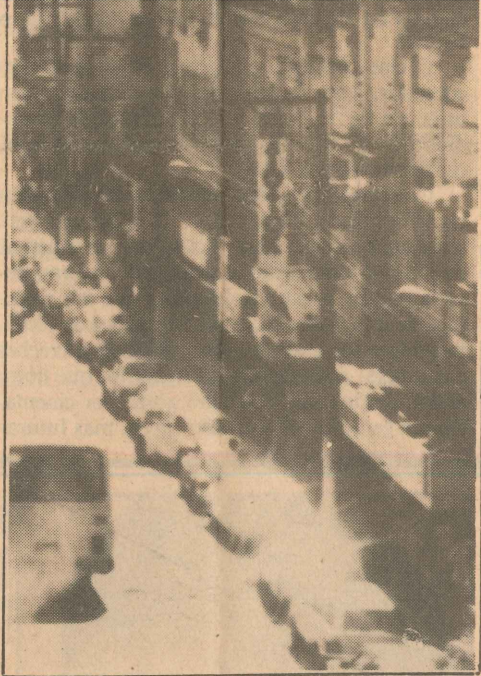
de mato, que deveriam estar murados, conforme os artigos 34 e 178 do Código de Postura.

O engenheiro civil Adhemar Lougan Moulin, que foi chefe do setor de Recadastramento de Imóveis no governo do prefeito Roberto Valadão, denunciou que “90% dos projetos municipais são confeccionados por desenhistas técnicos e não por projetistas profissionais, conforme recomenda a legislação. Além disso, as plantas são assinadas por engenheiros que, na verdade não acompanham o andamento da obra, mas apenas recebem para inserir a rubrica, visando atender às formalidades da Prefeitura. A própria municipalidade distribui projetos de residências, no entanto, sabe-se que as construções são acabadas de forma bem diferente das plantas doadas. Poucas casas de Cachoeiro possuem o certificado de “habite-se”, isso demonstra que a fiscalização não vem atuando”.

Aberração

A prova contundente da ineficiência da fiscalização é a proliferação de prédios edificados sem revestimento externo e com pinturas de baixo nível. É o caso de um edifício de cinco andares, paralelo ao ponto de encontro da rua Siqueira Lima, no centro da cidade. Existente há cerca de 15 anos, nunca recebeu reboco do lado externo, numa afronta à imagem urbana da cidade. O seu ex-proprietário, João Paris, quando indagado sobre o motivo dessa aberração desconversou. Alegou que tinha um compromisso importante a resolver e que, além do mais, ele havia vendido o imóvel para Nelceir Porto, residente no município de Presidente Kennedy. O prédio sempre foi habitado e já chegou a ser a sede do Partido dos Trabalhadores (PT) de Cachoeiro. À semelhança desse, existem muito.

Um episódio recente, que mostrou a fragilidade do poder público ante a teimosia do indivíduo em não cumprir a lei, refere-se a um prédio localizado entre a rua Capitão Deslandes e a avenida Braim Saeder, também no centro da cidade. Ali a Prefeitura utilizou um lado da parede, que faz diagonal com a denominada praça da Imprensa, para desenhar um painel em homenagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade e exigiu que o proprietário pintasse o restante do prédio para não prejudicar a expressão artística. As inúmeras notificações e autuações nesse sentido resultaram em nada. Até hoje a pintura cor vinho, surrada pelo tempo, deixa visíveis grandes manchas à medida em que o processo de corrosão permite a descoberta do branco amarelado da primeira mão de cal.



Faltou criatividade nas obras do centro

O diretor de Obras da Prefeitura, Jorge Abdala, admitiu que um imóvel só deveria receber o “habite-se” depois de completamente acabado. “Em caso de construções na periferia, tratando-se de residências, a gente até compreende que o indivíduo, no desejo de fugir do aluguel, passe a habitar num imóvel inacabado. Eu só não encontro justificativa para os proprietários de prédios, no centro da cidade, que não terminam as obras de revestimento”. Ele confessou que existe uma deficiência na área de fiscalização e explica que tecnicamente é prejudicial para um estabelecimento ficar só na alvenaria, pois a ação do tempo poderá trazer sérios danos para a construção.

Quanto aos engenheiros que apenas assinam o projeto, mas que não acompanham o desenvolvimento da obra, Abdala concordou que a Prefeitura deveria atuar para inibir esse tipo de comportamento antiprofissional. “Contudo, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-ES) também deveria atuar mais nesta área. Acontece que a formalidade é cumprida junto ao departamento competente da Prefeitura, mas na prática os engenheiros e arquitetos não conhecem, muitas vezes, nem o teor das linhas mestras do projeto que assinaram, ocasionando sérias consequências urbanísticas para o proprietário do imóvel. Na verdade, sem assistência do profissional o barato acaba saindo caro porque, com orientação técnica, pode-se economizar muito material, enquanto sem a devida assistência gasta-se mais que o necessário”.

Ineficácia

Já o arquiteto José Carlos Moreira, conselheiro do Crea-ES, advertiu que os danos urbanísticos e paisagísticos poderiam ser evitados se a Prefeitura realizasse um trabalho sistemático de fiscalização, “já que o indivíduo, por força da legislação, deve, desde o momento em que obtém o alvará para construção, renová-lo caso de não ter executado a obra no prazo estabelecido. E se isso não acontece, é porque não se exige”. A lei de regulamento de licenciamento, artigo 20, diz: “Quando uma obra não tiver sido iniciada ou, se iniciada, estiver paralisada por período superior a 60 dias, a licença já concedida e o projeto visado, se houver, estarão

os cachoeirenses nesse sentido”. Dentro desse contexto, a funcionária pública federal, Cacilda Passo, que há um ano pediu transferência do Rio de Janeiro para Cachoeiro, declarou estar arrependida. Ela está deprimida com os problemas e chegou à conclusão que esta “cidade não é nada do que imaginava”. Por isso, já está arrumando as malas para voltar.

“As residências urbanas e suburbanas deverão ser caiadas e pintadas de três em três anos, no mínimo, salvo exigências específicas das autoridades sanitárias”. Esta determinação do Código de Postura do município é simplesmente ignorada. A maioria das casas está com a pintura corroída, deixando transparecer um aspecto de cidade velha. Muitos evocariam a síndrome da crise econômica como a causa principal do descumprimento dessa exigência. Entretanto, o operário Francisco Mendes, que ganha menos de dois salários mínimos, mantém sua casa no bairro Caiçara sempre com a pintura em bom estado na parte interna como não externa. “É uma questão de capricho”, diz ele.

“Operação sabonete”

O prefeito Theodorico de Assis Ferraço (PTB), considerando o assunto de suma importância, prometeu que uma de suas primeiras providências será reunir arquitetos e engenheiros civis para apresentar um plano criativo, visando melhorar o aspecto de Cachoeiro. “Vamos desenvolver a operação sabonete, suavizando as entradas e saídas da cidade, através de arborização e jardins, sempre, paralelamente, defendendo o meio ambiente, que será uma das prioridades da nossa administração”.

Ferraço divulgou que, apesar da topografia ingrata da cidade, a sua administração vai se preocupar em desenvolver um paisagismo à altura de Cachoeiro. “Espero não precisar convidar nenhum Bupleurum Marx. Prefiro prestigiar a criatividade de nossos profissionais. Apenas vou contratar uma arquiteta urbanística, para delinear uma estrutura urbana compatível com o porte de Cachoeiro”.

— Está também em nossos planos criar um jardim botânico na Ilha da Luz e outro na Ilha do Senhor Meirelles. Vamos, ainda, exercer uma fiscalização rigorosa sobre os proprietários de terrenos baldios, além de conceder plenos poderes para os nossos arquitetos de policiarem situações irregulares de profissionais que assinam projetos sem provê-los de assistência técnica durante a execução — disse Ferraço.

Obrigações

Enquanto reina a ignorância geral acerca das obrigações essenciais para se manter uma cidade estruturada urbanística e paisagisticamente, o Decreto 2.008-75, referencial que deveria nortear a ação dos fiscais de obras, estipula, no seu artigo 10: “As edificações deverão obedecer ao projeto de alinhamento do respectivo logradouro e, quando não especificado em contrário, guardará desse alinhamento uma distância mínima de três metros, afastamento frontal, mantida constantemente em toda a testada”.

alguns deles chegando a afirmar que caso o Broadway fosse realmente desativado, o poder público e a comunidade estariam compactuando com um crime cultural”, em uma cidade que é conhecida a nível estadual como o berço da cultura capixaba.

Cartão postal

Palco de várias peças de renome nacional, o Cine Teatro Broadway ostenta o título de “cartão postal cultural de Cachoeiro”. O imóvel está localizado no centro da cidade desde 1956, quando foi fundado pela família Abrahão. No seu espaço, a elite cachoeirense já exibiu muito de suas “grifes” de luxo, quando da apresentação de algum espetáculo, e onde a classe média acompanhou a exibição dos filmes vencedores de Oscar” e outras películas menos conceituadas pela crítica cinematográfica. Foi justamente por reconhecer que o Broadway faz parte do “patrimônio cultural de Cachoeiro” que Theodorico Ferraço resolveu baixar o decreto colocando o imóvel como de utilidade pública.

Na segunda-feira última, Theodorico Ferraço disse que entrou em contato com a família proprietária do cine teatro e chegou até mesmo a fazer uma proposta de compra do imóvel em Cz\$ 100 milhões, que foi recusada por uma das proprietárias, Ocyrema Abrahão, responsável pela negociação. Ferraço resolveu então baixar o decreto e já nomeou, inclusive, uma comissão para fazer a avaliação do imóvel.

O prefeito Theodorico de Assis Ferraço disse que reconhece a importância da cultura para o município, assunto que tem merecido severas críticas dos artistas da localidade, pois a cidade tem um espaço limitado para apresentações culturais. O Cine Teatro Broadway era o único espaço adequado para shows de dança e música, bem como para artes cênicas. Ferraço aproveitou a oportunidade para dizer que ao contrário do que especulações davam conta, ele não desativou a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Semcetur), “apenas deu um esfriamento para colocar algumas coisas em ordem, como a diminuição do quadro de funcionários daquela pasta”.

Ferraço ressaltou que a Semcetur vinha atuando com um número de funcionários além do necessário, “quando, na realidade, necessito de apenas 10 pessoas na Semcetur — encontram-se à disposição daquela secretária 46 funcionários”.